



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO:**

1.1 CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS EM ATENDIMENTO DE CONSULTAS EM PSICOLOGIA, DECORRENTE DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

### **2. JUSTIFICATIVA:**

2.1 A Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde, necessitam destes Serviços, objeto deste credenciamento, para melhorar os atendimentos pós COVID-19 de ALTO GARÇAS-MT.

2.2 Considerando que a Atenção Primária é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária;

2.3 Considerando que a SMS tem como objetivo suprir de forma adequada à missão proposta pelo SUS, no que se refere ao atendimento nos serviços de saúde de forma continuada, facilitando o acesso além de propiciar um fluxo adequado de agilidade e resolutividade no atendimento, com vistas na melhoria do conforto no atendimento, assim como, buscar a promoção da dignidade e respeito ao usuário do SUS;

2.4 Considerando que a nossa Carta Magna preceitua que a saúde é direito de todos e dever do estado (art. 196, da CF/88), e que, nesse diapasão, a Lei 8.080/90 (LOS- Lei Orgânica da Saúde) delinea os princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo em seu artigo 2º que o direito a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

2.5 Considerando que entre os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a lei supramencionada, está a universalidade de acesso, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia das pessoas, a igualdade, o direito à informação, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e a resolubilidade;

2.6 Considerando a declaração da condição de transmissão pandêmica da infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

2.7 Considerando a publicação da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como os protocolos e orientações de prevenção ao contágio do COVID-19 emitidos pelo Governo Federal por





meio do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; 2.8 Considerando a portaria 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020, que declara estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19) em todo o território nacional, e na mesma data, a decretação do estado de calamidade pública pelo Governo Federal pela aprovação do Decreto Legislativo nº 06 a ser publicado no D.O.U., e ainda a aprovação do projeto de lei que decreta estado de calamidade pública no Pará, assim como o Decreto aprovado em 21 de março de 2020 reconhecendo a situação de calamidade pública no Estado do Amapá, a serem publicados no D.O.E.;

2.9 Considerando as orientações da Organização Mundial de Saúde, em 18 de março de 2020, sobre a prevenção à saúde mental das pessoas, devido ao estresse decorrente das situações pelo risco de contaminação pelo coronavírus (<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792>);

2.10 Considerando o necessário cumprimento das (os) psicólogas (os) ao Código de Ética Profissional, que estabelece em seus princípios fundamentais que a (o) psicóloga (o) trabalhará, dentre outras coisas, visando a eliminação de situações de negligência e, também, atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural;

2.11 Considerando que a assistência psicológica no contexto de pandemia da COVID-19 deve ser realizada apenas por psicólogas (os) formadas (os) e inscritas (os) em seu conselho de classe profissional. E qualquer atividade de estágio deve ser suspensa, sendo mantida apenas as atividades de formação com as Residências em Saúde;

2.12 Assim, é urgente e inadiável a contratação de serviços de psicologia para atendimento de pacientes pós Covid-19 afetados psicologicamente no município.

### **3. LEGISLAÇÃO**

3.1 O credenciamento de serviços segue o estabelecido na Portaria MS nº. 2.567 de 25 de Novembro de 2016 que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que em seu Art. 6º é estabelecido que o credenciamento das entidades privadas prestadoras de serviços de saúde obedeça às seguintes etapas:

I - Chamamento público, com a publicação de edital e respectivo regulamento;

II – Inscrição;

III - Cadastro (Certificado de Registro Cadastral - CRC) das entidades interessadas;

IV – Habilitação;

V - Assinatura do termo contratual; e

VI - Publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do ente contratante ou jornal local de grande circulação.

3.2 É importante destacar o entendimento explicitado na Resolução de Consulta Nº 16/2013 – TP do Tribunal de Contas da União, conforme segue:

3.2.1 As entidades político-administrativas possuem a competência de planejar, executar, controlar e ajustar os serviços públicos, cabendo-lhes repassar à iniciativa





privada parcela de suas atribuições, nos termos da Constituição Federal e das leis.

3.2.2 A Constituição Federal, no artigo 199, § 1º, autoriza a complementação dos serviços de saúde pública pela iniciativa privada, atuando de forma paralela, cumulativa com o Estado, com o intuito de garantir a universalidade e igualdade no acesso à saúde e maior eficiência na sua prestação.

3.2.3 A complementação do serviço de saúde, através do desenvolvimento de atividades finalísticas ou acessórias, atenderá os seguintes requisitos:

3.2.4 Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2.5 Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.2.6 Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do Sistema Único de Saúde;

3.2.7 Regulamentação legal pela entidade político administrativa;

3.2.8 Depende de licitação prévia, salvo nos casos de contratação direta previstos em lei.

#### **4. PRODUTO/DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento na modalidade e área de atuação abaixo descrita:

<b>ITEM</b>	<b>SERVIÇOS PSICOLÓGICOS</b>	<b>Qdd Mês</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Qtd de junho a dezembro</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor total</b>
01	<b>Local de Atendimento:</b> Unidade de Saúde <b>Procedimento:</b> <b>Consultas Psicológicas</b> - Realizar Consultas psicológicas com objetivo de atender eventos e indicadores de risco: sintomas persistentes, complicações associadas (por exemplo, conduta suicida); comprometimento significativo do funcionamento social e cotidiano, depressão maior/unipolar, psicose, transtorno de estresse pós-traumático ou mesmo manifestação de sofrimento agudo intenso que ocasione a ruptura com as estratégias que promovam a vida, são quadros que requerem uma atenção especializada imediata. Reações de raiva, confusão e estresse agudo são comuns durante períodos de quarentena e isolamento.	150	90,00	1.050	13.500,00	94.500,00





4.2 A prestação de serviços deverá observar as normas editadas pelas autoridades de saúde a nível Federal, Estadual e Municipal, cumprindo-se os dispositivos de leis, portarias, resoluções, códigos de ética e outras espécies normativas pertinentes.

4.3 No preço ofertado deverão estar computadas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações relacionadas com a contratação do objeto do presente termo de referência.

## **5. CUSTO ESTIMADO:**

5.1 O custo estimado é no valor de R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais), conforme cotação de preços feita pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as exigências legais.

## **6. LOCAL DE EXECUÇÃO:**

6.1 Os serviços serão realizados no município de Alto Garças-MT, junto às Unidade de Saúde da Família/PSFs, ou em outro local pré-determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme conveniência.

## **7. FORMA DE EXECUÇÃO:**

7.1 Os serviços deverão ser prestados mediante agendamento/comunicado, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento, requisitada pela Secretaria Municipal de Saúde, num prazo não superior a 24 horas;

7.2 As solicitações não possuem limites na requisição dos serviços e serão efetuadas de acordo com a conveniência administrativa, limitados unicamente ao total licitado.

## **8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

8.1 Os serviços serão executados mediante encaminhamento regulado e carimbado pelo Departamento de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Garças-MT;

8.2 Os serviços serão executados mediante agendamento do dia, hora, local determinados, conforme Cronograma de Execução da Secretaria Municipal de Saúde, nos dias da semana, Segunda, Quarta e Sexta-Feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00;

8.3 O encaminhamento e o atendimento ao usuário é realizado de acordo com autorização prévia do Departamento de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde;

8.4 O atendimento acontece com o ato de acolhimento do paciente, seguido da prestação dos serviços contratados e será efetuado mediante a apresentação do encaminhamento autorizado pelo Departamento de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, do usuário a ser atendido;

8.5 O prestador do serviço colocará à disposição dos beneficiários do Sistema de Saúde do Município de Alto Garças/MT todos os recursos necessários ao atendimento dos procedimentos e serviços previstos no Contrato, priorizando os atendimentos das





**PREFEITURA**  
**ALTO GARÇAS - MT**  
**TEMPO DE CRESCER**  
**Gestão 2021-2024**

pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo;

8.6 O prestador do serviço, no ato do atendimento, solicitará ao usuário do Sistema de Saúde do Município de Alto Garças/MT a apresentação da Carteira de Identidade, Cartão SUS, e **GUIA/SUS DE ENCAMINHAMENTO MÉDICO** devidamente preenchida, assinada e carimbada pelos respectivos médicos solicitantes e autorizados pelo Departamento de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde;

8.7 Em hipótese alguma, o prestador do serviço poderá realizar qualquer cobrança relativa ao tratamento, diretamente ao usuário, familiar ou seu responsável, por serviços cobertos por este Contrato, bem como orientar o usuário a pleitear o reembolso posterior junto ao Município de Alto Garças/MT. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do prestador dos serviços, em relação aos usuários;

8.8 Para executar os serviços, a contratada deverá disponibilizar pessoal com nível adequado de qualificação e habilitação profissional nas especialidades elencadas;

8.9 É obrigatório o preenchimento dos formulários padrões do SUS para solicitação de exames e consultas, respeitando os fluxos e protocolos estabelecidos;

8.10 Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, com período compreendido do 1º ao último dia útil do mês da realização, para conferência e posterior confirmação da emissão da Nota Fiscal;

8.11 Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato e respectivos Anexos, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários, os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos, transportes, alimentação e outras exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora e/ou contratante, sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE;

8.12 Assumir total responsabilidade, inclusive por seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar ao CONTRATANTE;

8.13 Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação por escrito da CONTRATANTE, em caráter definitivo, profissional, preposto ou empregado, que comprovadamente não satisfaça as condições requeridas pela natureza dos serviços ou pelas normas administrativas da CONTRATANTE, sob pena de ser imposta glosa pelo não atendimento da solicitação, baseado nos valores da remuneração do referido profissional;







8.14 O CONTRATADO deverá fornecer ao setor requisitante informações pertinentes ao exame, bem como atender as solicitações da Secretária Municipal de Saúde fornecendo dados referentes aos resultados de exames.

## **9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2.162 – Enfrentamento da Emergência do COVID-19
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0046- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Dotação orçamentária: 386

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

10.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após execução do objeto contratado, fiscalizado pelo fiscal do contrato designado, mediante apresentação da nota fiscal, acompanhada com as certidões de regularidade fiscal.

10.2 Havendo erro na fatura (preço diferente do contrato ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura, reapresentada.

10.3 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

## **11. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

11.1 Todos os credenciados aptos estarão habilitados à prestação dos serviços nos termos do objeto do presente edital.

11.2 A contratante deverá disponibilizar a agenda de trabalhos até o dia 20 para o mês subsequente, disponibilizando data e horário e local para os atendimentos, para que os contratados se adequem, organizem para realizar os atendimentos.

11.3 A execução dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, a qual compete, designar os benefícios, em sistema de rodízio aos proponentes credenciados (e seus profissionais filiados na mesma empresa credenciada), numa mesma modalidade, podendo ser nas mesmas quantidades ou não, conforme disponibilidade, visando a melhor distribuição dos serviços.

11.4 A distribuição das consultas e procedimentos será de acordo com o número de profissionais credenciados e a demanda do município.





11.5 De acordo com a atividade a ser executada, será convocada o profissional constante da relação, observada sempre a ordem de disponibilidade do profissional para o atendimento imediato do paciente.

11.6 Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a profissional que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade deste, para outra que já atuou.

11.7 A Convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada ao profissional pela unidade demandante através da Unidade de Saúde.

11.8 A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

11.9 A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções.

## **12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

12.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Poder Executivo Municipal ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Secretaria Municipal de Administração.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE:**

### **13.1 DA CONTRATADA:**

13.1.1 Proceder a verificação rigorosa da identificação dos usuários. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço;

13.1.2 Apresentar relatório dos serviços executados;

13.1.3 Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados;

13.1.4 Justificar ao paciente ou ao seu responsável, por escrito, desde que requerido por estes as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional;





13.1.5 Prestar ao Município de Alto Garças/MT esclarecimentos relativos às ocorrências na execução da prestação de serviços;

13.1.6 Desenvolver diretamente os serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do Contrato, sob pena de rescisão contratual imediata;

13.1.7 No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;

13.1.8 Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do Município de Alto Garças/MT, atendendo as suas normas e diretrizes;

13.1.9 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da prestação do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

13.1.10 Responder tecnicamente pelos profissionais prepostos do prestador do serviço e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço;

13.1.11 Responder civilmente pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do paciente ou gerar danos morais ou materiais será suportada, exclusivamente, pelo prestador do serviço;

13.1.12 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

13.1.13 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

13.1.14 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

13.1.15 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo;

13.1.16 A inadimplência do prestador do serviço, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento







**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT**  
*TEMPO DE CRESCER*  
**Gestão 2021-2024**

ao Município de Alto Garças/MT, nem poderá onerar o objeto do Contrato, razão pela qual o prestador do serviço renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Alto Garças/MT;

13.1.17 O CONTRATADO deverá manter-se habilitada junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual;

**13.2. DA CONTRATANTE:**

13.2.1 Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Contrato;

13.2.2 Dirimir as dúvidas do prestador do serviço sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde do Município de Alto Garças/MT, notificando-o por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

13.2.3 Repassar aos usuários as orientações necessárias para a realização de exames e informações recebidas do prestador do serviço referentes aos dias, horários e endereços de atendimento;

13.2.4 Acompanhar, controlar, regular, fiscalizar, avaliar e auditar a execução das ações e serviços contratados, através do Departamento de Regulação.

Alto Garças/MT, 04 de maio de 2021.

**Renata Martins de Oliveira do Carmo**  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria nº 003/2021

